

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ALCIDES DE CAMARGO MIRABELLI

**A POLÍTICA ECONÔMICA DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE NA
PRIMEIRA REPÚBLICA**

Porto Alegre

2016

ALCIDES DE CAMARGO MIRABELLI

**A POLÍTICA ECONÔMICA DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE NA
PRIMEIRA REPÚBLICA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão

Porto Alegre

2016

ALCIDES DE CAMARGO MIRABELLI

**A POLÍTICA ECONÔMICA DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE NA
PRIMEIRA REPÚBLICA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de novembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca
UFRGS

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior
UFRGS

CIP - Catalogação na Publicação

Mirabelli, Alcides de Camargo
A POLÍTICA ECONÔMICA DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-
GRANDENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA / Alcides de Camargo
Mirabelli. -- 2016.
46 f.

Orientador: Ivan Colângelo Salomão.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Desenvolvimentismo. 2. Positivismo. 3. Primeira
República. 4. PRR. 5. Rio Grande do Sul. I. Salomão,
Ivan Colângelo, orient. II. Título.

"Olhei-o fixamente e fiquei admirado de ver que os seus olhos brilhavam com incontestável candura. Vi então, claramente, que ele quisera fazer ao mesmo tempo a caridade e um bom negócio; ganhar quarenta soldos e o coração de Deus; conquistar o paraíso economicamente; enfim, conseguir gratuitamente o título de homem caridoso. Eu quase lhe perdoaria o desejo do criminoso prazer de que doravante o supunha capaz; acharia curioso, singular; que se divertisse em comprometer os pobres; nunca lhe perdoarei, porém, a inépcia do cálculo. Não há desculpa para o perverso, mas tem um certo mérito o que sabe o que é; e o mais irreparável dos vícios é praticar o mal por estupidez."

A Moeda Falsa, Charles Baudelaire.

RESUMO

O trabalho investiga política econômica executada pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR) ao longo da Primeira República e como esse foi capaz de implementar, em experiência regional, as bases do que viria a ser o “Estado desenvolvimentista brasileiro”. O Rio Grande do Sul desenvolveu, devido a diversas características e fatores específicos, uma economia dinâmica que o diferenciava dos demais estados da federação. A integração de seu mercado local foi fundamental para que emergissem novas demandas sociais e se formasse um novo pacto econômico. De orientação positivista, o PRR defendia um projeto modernizante e progressista ao pregar a diversificação da economia gaúcha, até então extremamente dependente da produção pecuária-charqueadora voltada à exportação e, por consequência, exageradamente vinculada ao mercado externo. O Partido Republicano adotou uma postura autoritária que visava facilitar a realização do projeto político do governo e impedia, por meios institucionais, o acesso da oposição ao poder. Assim, foi capaz de superar a estrutura patrimonialista do Estado, que se mantinha desde a época do Império, ao implementar medidas como o investimento estatal em infraestrutura e a realização de uma reforma tributária. Getúlio Vargas, nasceu no mesmo ano em que o PRR foi fundado e foi contemporâneo a esse período de transformação na economia gaúcha. Foi no ambiente no Partido Republicano e no positivismo político que Vargas construiu a origem do pensamento desenvolvimentista que seria posto em prática no Brasil a partir da “Revolução de 1930”.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo. Positivismo. Primeira República. PRR. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This paper proposes the investigation of the economic policy performed by the “Partido Republicano Rio-grandese (PRR)” during the First Republic and how it was able to implement, in a regional experience, the basis of the consecutive Brazilian developmental state. *Rio Grande do Sul* developed, due to several of specific elements and characteristics, a dynamic economy that stood out from the other federal states. Its local market integration was fundamental to new social demands rising and to the formation of a new economic pact. With a positivist ideology, PRR stood up for a modernizing and progressive project as it tried to secure the local economy diversification which was extremely dependent of the export-oriented cattle rising economy and, therefore, extremely related to the foreign market. The Republican Party embraced an authoritarian attitude directed to make it easy to implement the government project and to prevent, by legal acts, the opposition parties to reach the power. In this terms, it could overcome the patrimonialistic state structure, that ruled since the Imperial Era, by performing measures like the government infrastructure investment and the tributary reform. Getúlio Vargas was born at the same year PRR was founded and lived all this local economy transformation period. It was at the Republican Party environment and at the political positivism that Vargas built the origin of his developmentalism ideology that was implemented in Brazil after the 1930 Revolution.

Keywords: Developmentalism. Positivism. First Republic. PRR. Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	O RIO GRANDE DO SUL NA REPÚBLICA VELHA: POLÍTICA, ECONOMIA E SOCIEDADE	8
2.1	O CELEIRO BRASILEIRO: AGRICULTURA E PECUÁRIA.....	8
2.2	A IMIGRAÇÃO EUROPEIA E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO	12
2.3	TERRITÓRIO EM CONFLITO: AS GUERRAS DE 1893 E 1923.....	16
3	O GOVERNO RIO-GRANDENSE PRÉ-REVOLUÇÃO: O PRR (1895 – 1930) .	21
3.1	O IDEÁRIO POSITIVISTA E A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE 1891	21
3.2	OS PRINCIPAIS LÍDERES POLÍTICOS: JÚLIO DE CASTILHOS, CARLOS BARBOSA, BORGES DE MEDEIROS E GETÚLIO VARGAS.....	23
3.3	A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO BURGUEÊS: O ESTADO EM FAVOR DE CLASSES TIPICAMENTE CAPITALISTAS.....	27
4	VARGAS COMO LÍDER DA OPOSIÇÃO	35
4.1	GETÚLIO VARGAS E SUA FORMAÇÃO POSITIVISTA	35
4.2	UM ENSAIO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL MERIDIONAL.....	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a política econômica do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) durante a Primeira República e investigar como esse foi capaz de desenvolver, em experiência regional, as bases do que viria a ser o “Estado desenvolvimentista brasileiro”. A exploração do tema foi realizada por meio da revisão bibliográfica de autores que, ao versarem sobre o desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul, dão luz a hipótese de que sua peculiar situação econômica permitiu um amplo processo de transformação social que favoreceria as relações capitalistas de produção.

No primeiro capítulo, são caracterizadas as duas economicamente distintas regiões do estado, norte e sul. A medida em que se desenvolveu a economia colonial do norte, inicialmente orientada ao mercado interno, a produção gaúcha apresentou um forte dinamismo e integração comercial e conseqüentemente, dessa relação, se manifestaram novas demandas sociais. O contraste entre o novo pacto econômico que se formava e o antigo sistema vigente provocou um forte debate no cenário político estadual. Dividido entre Federalistas, de cunho liberal, e Republicanos, de orientação positivista, o Rio Grande do Sul foi palco, nos anos de 1893 e 1923, de dois conflitos armados que definiriam o curso de sua história.

O segundo capítulo discute o que foi a política implementada pelo PRR. Foram apresentados elementos que vão desde a composição social do partido à sua relação com a oposição a fim de identificar os fundamentos que nortearam uma transformação ideológica que afetaria diretamente a economia do Rio Grande do Sul. Por fim, o último capítulo resgata a trajetória de Getúlio Vargas até chegar à presidência da República. É possível identificar a influência do Partido Republicano em sua formação política e fazem-se presentes, desde cedo, alguns pontos que marcariam seus discursos e posicionamento político durante a implementação do Estado desenvolvimentista brasileiro, que nortearia a política econômica nacional a partir de 1930.

2 O RIO GRANDE DO SUL NA REPÚBLICA VELHA: POLÍTICA, ECONOMIA E SOCIEDADE

2.1 O CELEIRO BRASILEIRO: AGRICULTURA E PECUÁRIA

A sociedade e a economia do Rio Grande do Sul foram estruturadas de modo a defender as fronteiras do território brasileiro. As grandes extensões de terras que constituíram as estâncias de gado não foram concedidas pela metrópole com o intuito de agregar valor à sua acumulação comercial, mas de forma a ocupar estrategicamente uma região que se encontrava em constante disputa. Herrlein Júnior (2004) salienta que essa condição fez com que, no século XVIII, a pecuária gaúcha se desenvolvesse sem a mesma dimensão das *plantations* ou das minerações. Assim, os proprietários de terra eram uma espécie de líderes militares, capazes de reunir seus soldados, na figura do peão, quando necessário.

A economia gaúcha se constituiu, então, em uma atividade de menor dependência de práticas escravistas cujo dinamismo estava vinculado à pecuária e seus derivados. A partir do estabelecimento das charqueadas, no final do século - atividade que era, por outro lado, dotada de forte caráter escravagista, as estâncias passaram a explorar, não somente o comércio de couros, mas também o da carne. Dessa maneira, concretizou-se uma economia subsidiária responsável pelo abastecimento do charque nacional, com a particularidade de que havia logrado relativa autossuficiência, já que era capaz de produzir para sua própria subsistência. Fato, este, atrelado à sua menor densidade demográfica (HERRLEIN JÚNIOR, 2004).

Posteriormente, esse sistema aliado à integração da agropecuária de subsistência, desenvolvida pelos imigrantes, destacava a economia do Rio Grande do Sul das demais economias regionais brasileiras da Primeira República. Há muito, o estado encontrava seus principais mercados externos no interior do próprio país. Na dinâmica vigente em outras grandes regiões brasileiras, persistia o sistema oligárquico herdado das colônias ibéricas, caracterizado por ampla pluralidade de economias regionais, com pouca ou nenhuma articulação interna, onde cada uma delas se desenvolvia voltada exclusivamente ao mercado externo. Herrlein Júnior (2001) apontou que as expansões agrícola, comercial, industrial e urbana, observadas no estado gaúcho, configuraram uma economia estruturalmente

diversificada e dotada de um dinamismo notável, sendo a acumulação comercial; a integração dos mercados locais pela rede de transportes fluviais e ferroviários; e a ampliação dos mercados externos os fatores que resultaram na expansão da renda interna, em ritmo superior ao do crescimento das exportações

No mesmo período, também era distinta a grande diversidade de produtos e mercados alcançados pelos produtores do estado. Fato que, por exemplo, permitiu aos produtores gaúchos um certo controle da oferta de suas mercadorias, contribuindo para que sua economia tivesse condições de modificar, de forma autônoma, sua pauta de exportações. Ainda, o difícil acesso à artigos importados, ocasionado pela localização geográfica da maior parte das regiões em desenvolvimento, fez com que a indústria interna se desenvolvesse em condições favoráveis. Isso se explica pelo fato de que essas regiões estavam distantes de pontos de escoamento, com estrutura adequada que possibilitasse o atraque de grandes embarcações, tornando mais difícil o acesso de mercadorias externas, favorecendo o mercado local.

Nesse mesmo trabalho, Herrlein Júnior (2001) divide a economia gaúcha em duas sub-regiões econômicas, norte e sul. A primeira assentada na agropecuária colonial, com predomínio de produção agrícola diversificada, onde se desenvolveram cultivos para o mercado interno e também externo. A outra, baseada na pecuária voltada à exportação, onde se localizavam as melhores terras, tendo a produção de charque e couro como seus principais produtos, principalmente na parte sudoeste do estado, chamada de Campanha.

Pedro Fonseca (1980), ao analisar a economia gaúcha desde o século XVII, também salienta como fundamental essa distinção entre a composição econômica das duas regiões do estado. As principais riquezas do Rio Grande do Sul estavam concentradas na parte Sul, nas fronteiras com o Uruguai e a Argentina. Ele complementa que, além de apresentar os melhores campos, a região da Campanha se beneficiava do contrabando, com a venda ou compra de gado do exterior. Nessa região destacavam-se as grandes propriedades, as estâncias e a mão de obra agregada, amplamente utilizado nas charqueadas.

O autor explica que o Sul se especializou na pecuária bovina e seus derivados, por meio da exportação de gado para tração, geralmente destinada à região mineradora, localizada no sudeste do país durante o século XVIII. Ao final deste, com a decadência do ciclo minerador, coube à introdução da técnica de

salgamento da carne, a manutenção do crescimento na economia gaúcha. O charque, juntamente com a exportação de couros, tornou-se o principal produto estadual durante todo o século XIX. “Em 1861, apenas dois itens, charque e couros, perfaziam 74,9% do valor das exportações gaúchas” (SINGER,1977, p. 161 *apud* FONSECA, 1980, p. 132).

Em meados do século XIX, a economia pecuária charqueadora passou a apresentar estagnação. Isso deveu-se à concorrência das charqueadas platinas, o que implicou a demanda de demasiado protecionismo para que o produto gaúcho pudesse fazer frente à concorrência estrangeira. Fonseca (1980) indica a utilização de mão de obra assalariada e a localização das charqueadas castelhanas como principais motivos para sua superioridade competitiva. O primeiro fator incentivava a divisão do trabalho e sua especialização, enquanto as charqueadas gaúchas ainda arcavam com os altos custos de manutenção, atrelados à economia escravagista; o segundo fator tinha seu favorecimento em razão de sua proximidade ao litoral e sua melhor estrutura portuária.

Ainda, o autor afirma que a estagnação da economia da Campanha não chegou a acarretar uma grave crise no Rio Grande do Sul, devido à ocupação da região norte do estado. Fonseca (1980) a caracteriza em duas regiões economicamente distintas: a Serra e o Planalto.

“A primeira recebera os imigrantes alemães e italianos, os quais passaram a desenvolver uma policultura em pequenas propriedades. (...). Enquanto na Serra predominava a agricultura, no Planalto este aparece juntamente com a pecuária” (FONSECA, 1980, p. 134).

Portanto, a região do Planalto guardava as características de um Rio Grande pastoril, sem lograr a riqueza da Campanha até o fim do século XIX. Ao se desenvolver e, gradativamente, resolver os problemas geográficos como a distância para o litoral e os difíceis meios de comunicação oriundos de sua localização em região de planície irregular, deu-se a integração da economia do norte à economia estadual. Isso, concomitantemente ao estrangulamento da economia da Campanha, resultou em mudanças na economia gaúcha, tais como o incentivo à policultura e a produção para o mercado local, inclusive, com incentivo do Governo estadual.

O que vai ao encontro do que demonstra Herrlein Júnior (2001): a economia do norte fora impulsionada por sua diversificação que ocorreu desde a segunda

metade do século XIX e, como consequência, já nos anos de 1890, a exportação dos produtos coloniais havia adquirido um valor agregado equivalente à exportação de charque. Os produtos agrícolas, ali produzidos, obtiveram grande importância no consumo local, tais como: farinha, fumo, erva-mate, vinho e batata. Tal fato tornou o estado relativamente autossuficiente na produção de alimentos, reduzindo muito as exportações estaduais. O crescimento de produção ocorreu como consequência da expansão da fronteira agrícola regional, enquanto os colonos avançavam na direção norte e noroeste do estado.

As transformações sofridas na metade sul também merecem destaque, mesmo reduzida a participação relativa de seus principais produtos na pauta de exportações do Rio Grande do Sul – couro e charque. O surgimento do trabalho assalariado, o desenvolvimento do comércio e a evolução dos meios de transporte fizeram com que se desarticulasse a produção de subsistência nesses territórios, uma vez que se tornou mais rentável focar sua produção exclusivamente na pecuária e obter alimentos das demais regiões. Ainda que a exportação de charque tenha estagnado desde o fim da cultura escravagista, tal quadro foi superado já no início do século XX, alcançando níveis recordes durante a década de 1920. Apesar de seu fraco dinamismo e consequente lenta integração e poder de transformação agrícola e industrial, fato este reforçado pela concentração de riqueza e caráter rentista de seus empreendimentos, a pecuária, a charqueada, a ovinocultura e os frigoríficos, apresentaram um importante volume de produção, sendo responsáveis pela urbanização, acumulação comercial e ampliação do mercado local dessa região.

Herrlein Júnior (2004) lembra que, nesse mesmo período, instalaram-se no estado diversos ramos de atividade industrial. No sul, eram concentrados e de pouca diversidade, como as indústrias do ramo têxtil que ali se estabeleceram. Já na parte norte, a indústria teve sua origem na acumulação comercial e apresentou-se grandemente diversificada. Sua grande maioria era composta por pequenos proprietários e foram originadas a fim de suprir um mercado anteriormente atendido pela produção artesanal.

Destaca-se, ainda, concomitantemente ao aumento da participação relativa dos produtos coloniais e ao decréscimo da participação relativa dos produtos originários da pecuária na pauta de exportação, o surgimento do cultivo de arroz, que, contando com uma legislação federal protecionista, logo adquiriu participação

importante nas exportações, embora não fosse um produto comum à região no período colonial.

Esses dois sistemas econômicos, norte e sul, diferentes e igualmente importantes, permitiram a ampliação do mercado regional e a acumulação comercial, favorecendo o surgimento de uma diversificada indústria de bens de consumo não duráveis durante a Primeira República (HERRLEIN JÚNIOR, 2001). Sua integração, por meio do desenvolvimento de uma rede fluvial e pelo avanço ferroviário, viabilizou a circulação de mercadorias por todo o território gaúcho e foi crucial para que o estado se tornasse uma das principais economias regionais do país.

2.2 A IMIGRAÇÃO EUROPEIA E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO

No século XIX, permaneceu a necessidade de povoamento e ocupação do território do Rio Grande do Sul, o que determinou a imigração europeia ao estado. Esses imigrantes se estabeleceram no norte e desenvolveram o sistema agropecuário das colônias, baseado em pequenas propriedades, no trabalho familiar e na pluricultura. Essas características foram responsáveis pela ascensão da agropecuária colonial e pela acumulação comercial em um cenário de crise no setor pecuário, que, com o advento da República, havia perdido seu poder político junto à metrópole.

“Esse segundo sistema econômico regional experimentou um intenso processo de diferenciação, desdobrando-se nas atividades comerciais e na formação da maior parte da indústria regional, produzindo para atender os mercados locais e posteriormente incrementando as exportações regionais” (HERRLEIN JÚNIOR, 2004, p. 179).

Bartmann (2012) expõe o pensamento de diversos autores que propuseram a discussão da industrialização no país, guiada pelo objetivo de apresentar o imigrante como elemento fundamental ao processo de desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul. Destaca, antes de tudo, a diferença na maneira em que se deu a inserção desses indivíduos na economia do estado e do Brasil. Diferentemente daqueles imigrantes que foram direcionados à região Sudeste, a fim de suprir a mão de obra nas grandes lavouras de café, os colonos, como ficaram conhecidos aqueles que migraram às terras gaúchas, não formaram uma massa de trabalhadores assalariados, mas adquiriram um pedaço de terra, fazendo uso da

agricultura para suprir sua subsistência. De tal forma, não estavam, portanto, vinculados aos grandes proprietários de terras.

Essa característica serve como ponto de partida à afirmação de que o processo industrial do Rio Grande do Sul teria sido diferente das demais regiões do país. Ressalta-se que, em esfera nacional, o imigrante também teve papel central, pois o custo de sua mão de obra, extremamente inferior quando comparado aos custos de manutenção e reprodução da mão de obra escrava, permitiu uma maior acumulação de capital por parte dos latifundiários, que, mais tarde, seria investida na indústria nacional nascente.

Essa situação social e econômica, a que os colonos foram submetidos, foi responsável pela já discutida diversificação da produção gaúcha:

[O colono do sul do Estado]. “Não viverá do seu salário, mas da exploração da sua pequena propriedade rural. A policultura que exerce alia uma economia de subsistência com a comercialização de uma parcela do que produz, e que podemos considerar como seu excedente econômico” (OSÓRIO; RAMOS, 1969, p. 36 *apud* BARTMANN, 2012, p. 1098).

A autora baseia-se na visão de Tejo, que, já em 1939, estudava o processo de industrialização do Rio Grande do Sul. Sob sua perspectiva, a indústria gaúcha teria se desenvolvido de maneira linear. Seu progresso seria resultado de um movimento lógico da agricultura e da pecuária regional, que teriam evoluído ao beneficiamento de sua produção e, posteriormente, ao acabamento desta matéria-prima beneficiada que teria encontrado sua industrialização nas gerações familiares futuras. Tejo (1939, *apud* Bartmann, 2012) propõe, a título de exemplificação, a hipótese de que as indústrias frigoríficas se originaram das charqueadas das estâncias, assim como a vitivinicultura teria nascido do gosto doméstico pelo consumo de vinho.

As conclusões apresentadas por Herrlein Júnior (2004) e Tejo (1939, *apud* Bartmann, 2012) são contrárias à conhecida conjectura de Paul Singer (1968), a qual condiciona a origem do desenvolvimento industrial ao desaparecimento do artesanato. Para Singer, este teria sido sufocado pela concorrência do produto de melhor acabamento, vindo do exterior, na medida em que os proprietários de terra obtinham renda suficiente para adquirir produtos importados.

Bartmann (2012) cita diversos autores como José Hugo Ramos, Jean Roche, Eugênio Lagemann, Sandra Pesavento e Herllen Júnior, que, dentre outros, ao

aprofundarem essa análise, introduziram um novo elemento primordial ao desenvolvimento industrial: o capital comercial. Assim, estabeleceu-se o consenso de que a indústria não surge do puro artesanato, mas do capital comercial acumulado na sua comercialização.

“Fusões, associações e diversificação na aplicação e origem do capital marcam sua história, bem diferente do imaginado crescimento linear, de dentro para fora, simples acréscimo quantitativo. (...). É no momento do salto qualitativo, o que poderia, por exemplo, significar a passagem do artesanato para a indústria, ou sendo já indústria, atingir um nível tecnológico mais alto, que se deve buscar a explicação da evolução. Aí está, muitas vezes, o ‘elemento novo’, o capital comercial, anteriormente acumulado” (LAGEMANN, 1978, p. 50 *apud* BARTMANN, 2012, p. 1099).

Portanto, o papel do colono, seja como artesão, provedor da acumulação comercial ou responsável pela diversificação da economia do estado, é, sem dúvida, chave para qualquer análise histórica de seu desenvolvimento industrial. Antes mesmo de sua produção figurar na pauta de exportações do estado, os produtos coloniais experimentaram um processo de mercantilização que visava atender o mercado estadual. Esse modelo de produção colonial foi crucial ao desenvolvimento comercial do estado. Herrlein Júnior (2004) argumenta que foi, dentre os produtores que precisavam vender sua produção excedente aos comerciantes que se encontravam em posição favorável de barganha, que se gerou essa enorme acumulação de renda comercial. O produtor, essencialmente voltado para sua subsistência, estava em clara posição de fragilidade diante da dificuldade de transporte de sua produção.

Este capital comercial se tornou, então, relevante não só para o comércio exterior, mas, também ao mercado interno de mercadorias, impulsionando o desenvolvimento industrial por meio de uma contundente transformação social: a evolução dessa produção de subsistência para uma produção mais afeita aos moldes capitalistas. Essa transformação e a particular maneira com que se consolidou a indústria no Rio Grande do Sul estão diretamente relacionadas à composição do mercado de trabalho gaúcho em sua origem, conforme citado por Herrlein Júnior (2004):

“A questão nuclear do processo de transição capitalista foi a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, que exigiu a conformação de um mercado de trabalho livre e a elaboração de novas formas de dominação do capital sobre o trabalho. Esse processo assumiu formas

sócio-históricas específicas no Rio Grande do Sul, na medida que não resultou da imigração em massa e concentrada no tempo como em São Paulo. Em contraste com a experiência dessa região, no Rio Grande do Sul a formação do mercado de trabalho não decorreu imediatamente das necessidades capitalistas de mão de obra, mas sim do desenvolvimento das sociedades da pecuária e das colônias, que gerou excedentes demográficos potencialmente assalariáveis nos meios urbano-industriais em formação” (HERRLEIN JÚNIOR, 2004, p. 555).

Dessa forma, a constituição de força de trabalho que pudesse ser empregada na indústria ocorreu mais lentamente no Rio Grande do Sul do que nos outros estados da federação estreitamente porque os imigrantes não chegaram ao Rio Grande do Sul na forma de trabalhadores assalariados. Assim, mais uma vez, ao contrário do que aconteceu na região cafeeira, o mercado de trabalho não se formou da necessidade capitalista de suprimento de mão de obra, mas, de um modo mais lento, do excedente demográfico resultado do desenvolvimento de seu sistema econômico (colônias e pecuária). Essa escassez relativa de força de trabalho teria, portanto, condicionado o padrão de acumulação industrial no estado. A indústria gaúcha se expandiu em condições próximas ao pleno emprego, com base em um mercado de trabalho restrito, explorando quase que a totalidade da força de trabalho de que podia dispor. Apesar de também apresentar grandes unidades fabris, que concentravam a maior parcela dos operários, essa condição dava margem à expansão de pequenas e médias indústrias de escala artesanal, nas quais a habilidade e autonomia do trabalhador ainda se faziam presentes (HERRLEIN JÚNIOR, 2004).

Sob esta lógica, a acumulação comercial gerada pelos fluxos de mercadorias da zona colonial em direção à Porto Alegre e ao porto de Rio Grande, combinada com a paulatina construção de um mercado de trabalho, delineava a formação da indústria no estado, desde o final do século XIX, de maneira a voltar-se a atender os mercados locais em detrimento das exportações. Aglutinou-se a implantação de algumas fábricas metalúrgicas e têxteis com a evolução fabril de muitas manufaturas e agroindústrias, além das charqueadas, que continuavam apresentando grande participação na produção industrial. A indústria gaúcha, portanto, desenvolveu-se na medida em que se voltava aos bens de consumo, de maneira a suprir as necessidades de sua população local, e substituía sua produção artesanal. Ainda, a grande diversificação observada na base produtiva do estado se refletiu na

amplitude de sua produção industrial, e, como consequência, essa relação íntima também balizava seu desempenho:

“Por outro lado, a indústria gaúcha dependia da provisão de força motriz gerada internamente aos estabelecimentos fabris, o que ampliava tanto a aplicação de capital fixo como os custos correntes de produção. A vinculação mais estreita dessa indústria à base produtiva primária também implicava uma produção com menor agregação de valor. Esses fatores combinavam-se na determinação de uma lucratividade da produção industrial gaúcha inferior à da indústria paulista, embora superior à das demais regiões brasileiras” (HERRLEIN JÚNIOR, 2004, p. 29).

2.3 SOCIEDADE EM CONFLITO: AS GUERRAS DE 1893 E 1923

Ao fim do Regime Monárquico no Brasil, com a Proclamação da República em 1889, fez-se necessária a implantação de um novo regime de governo. Dentre os militares, propunham-se três modelos: o primeiro, representado por Marechal Deodoro da Fonseca, ensaiava uma República de forma corporativa em que os militares predominassem; o segundo, apresentado por Benjamin Constant, sugeria uma constituição positivista, socrática e pacifista; o terceiro, liderado por Quintino Bocaiuva, defendia uma forma republicana liberal de aliança entre militares e civis.

Nesse cenário, deu-se início ao sistema de governo republicano, durante o período que ficou conhecido como “República da Espada” (1889-1894), tendo Marechal Deodoro da Fonseca como presidente do período provisório. Nesse interstício, diversas medidas conduziam o Brasil às características de uma República federalista.

“Nas mãos dos militares, ministros foram nomeados, foram extintas instituições como as Câmaras Municipais e o Senado Vitalício. Além do banimento da família real, separou-se a Igreja do Estado, e fez-se reformas financeiras elaboradas pelo Ministro da Fazenda Rui Barbosa, adotou-se de uma bandeira nacional e uma nova constituição foi elaborada” (FERNANDES, 2000, p. 20 *apud* CASTRO, 2010, p. 2).

Para tanto, com apoio militar, coube ao então presidente a tentativa de centralização do poder em direção à República, enfrentando oposição da oligarquia cafeeira, fortemente presente no Congresso Nacional. Diversos conflitos entre seus representantes e a presidência fizeram com que o Marechal o dissolvesse, atacando diretamente a Constituição de 1891, que estabelecia que a eleição do primeiro presidente deveria se dar por seus membros. Tal conduta desencadeou a Primeira

Revolta da Armada, liderada pelo Almirante Custódio José de Melo. Os rebeldes ameaçavam bombardear o Rio de Janeiro, o que culminou na renúncia do presidente em 1891, dando lugar a seu vice, Floriano Peixoto, que, em meio à deflagrada crise de legitimidade, enfrentaria uma série de revoltas, dentre elas a Revolução Federalista, em 1893, que se ergueu no Rio Grande do Sul, estado caracterizado por sua grande concentração de militares (CASTRO, 2010).

À época, o ambiente político do Rio Grande do Sul estava dividido entre positivistas e liberais. Os primeiros, com forte vínculo militar, defendiam um governo centralizado - com pouca autonomia entre os estados – e estavam organizados no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Já os liberais, que argumentavam em favor da estrutura parlamentarista, reuniam-se no Partido Federalista Brasileiro (PFB), e não estavam dispostos a renunciar a sua influência política ou o seu poder regional.

Oliveira (2013) caracteriza o grupo republicano ao analisar o trabalho de Pesavento (1993): de forte vínculo militar e baseados no positivismo de Augusto Comte, os membros do PRR ainda sugeriam uma república comandada por uma elite de funcionários técnicos, apoiados em um programa abrangente, que propunha o desenvolvimento de uma economia diversificada no Estado. As bases sociais dos republicanos se formaram a partir da população do litoral e da Serra, onde se encontravam muitos imigrantes que formavam uma elite mais recente, que irrompia na política disposta a monopolizar o poder. Esse grupo castilhista, combativo e intransigente, começou a mobilizar em seu favor, tanto práticas de coerção quanto práticas de barganha de interesses, além de apoio político na sociedade civil.

Por sua vez, os federalistas agregaram grupos de antigos liberais e conservadores e representavam a força política da região da Campanha. Eram, em sua maioria, grandes pecuaristas, ligados ao comércio e contrabando da zona da fronteira, constituíam a elite tradicional, muitos com raízes no Império. O PFB bradava contra o governo castilhista, acusava-o de ser tirano e autoritário, de tal maneira, que a guerra civil tinha sua queda como principal objetivo.

Júlio Prates de Castilhos era a principal figura do PRR e, ao vencer as eleições em 1893, tornou-se presidente de um Rio Grande do Sul que, apoiado na Constituição Estadual, previa o PRR como seu único partido existente desde 1891 e, portanto, a doutrina positivista como determinante de suas leis. A Revolução Federalista ocorreu logo após a posse de Castilhos e foi liderada por seu adversário

político, anteriormente governante do estado, Gaspar Silveira Martins. De grande influência nacional, também já havia representado o Rio Grande do Sul como deputado e senador.

Os maragatos, como eram chamados os membros do Partido Federalista, protagonizaram ante os pica-paus, os republicanos, um conflito extremamente violento, em que “a sociedade não era levada em consideração e os mortos e prisioneiros de guerra não eram respeitados” (CASTRO, 2010). A organização da revolução se deu durante o período em que a oposição gasparista esteve emigrada na Argentina e no Uruguai, enfraquecidos por uma aliança entre Castilhos e Floriano, a quem não interessava que o poder no Rio Grande do Sul retornasse à Gaspar Silveira Martins, defensor do parlamentarismo. Os conflitos ocorreram inclusive fora do Rio Grande do Sul, envolvendo territórios como Paraná, Santa Catarina e o Uruguai, com o registro de mais de dez mil mortos (MOREIRA, 2015).

Como os demais conflitos armados que despontaram durante a República Velha, a Revolução Federalista limitou-se ao conflito de poder entre as elites. Nenhum dos grupos preocupou-se em mobilizar a população de maneira geral ou sequer em obter seu apoio, tratou-se de uma intensa e violenta disputa entre as classes dominantes. Uma, mais antiga e outra, emergente, mas ambas ordenadas de maneira a, após o êxito, impor sua política de governo à sociedade gaúcha.

Mesmo após o acordo de paz assinado em 1895, essa dualidade ainda se fazia muito presente entre as famílias gaúchas e marcou o cenário político do Rio Grande do Sul na Primeira República. Tal conflito ideológico era nitidamente observado, inclusive na mídia. De acordo com Oliveira (2013):

“A Guerra Civil de 1893, devido às suas peculiaridades, não nos permite encontrar obras que a referenciem como uma luta do “bem contra o mal” (como no caso da Revolução Farroupilha) ou a superação e o triunfo (como é o caso da Imigração). Esse conflito ainda é tema de muitos debates, cujos autores, que muitas vezes não conseguem esconder sua própria subjetividade, colocam-se e, em alguns casos, defendem o ponto de vista de um dos grupos que disputavam o poder. É como se, depois do final da guerra, viessem outras, travadas não em campos de batalhas, mas em páginas impressas”.

A Revolução buscou implementar o parlamentarismo no Brasil no início do período republicano. Sem sucesso, restou a dicotomia entre república presidencialista e parlamentarista; a centralização do poder em políticos que estavam fora da aristocracia; o fortalecimento do elo entre Governo Federal e

Exército; inclusive, conforme citação abaixo, um impacto que reverberou a nível nacional, devido à representatividade de Gaspar Silveira Martins.

“Estas divergências locais também eram vistas em âmbito nacional, pois os principais personagens da Revolução participavam do governo federal. Gaspar Silveira Martins, por exemplo, era inimigo pessoal e político do Marechal Deodoro, foi preso e exilado em uma viagem para o Rio de Janeiro. O Marechal Câmara, aliado de Deodoro, livrou Silveira Martins de maiores consequências” (PACHECO, 2009, p. 40 *apud* CASTRO, 2010, p. 4).

O triunfo do grupo republicano fortaleceu, ainda mais, a influência de Júlio de Castilhos e, por meio de governos autoritários e de intenso uso da estrutura pública, permitiu que o PRR controlasse seus adversários políticos e permanecesse no governo o estado por todo período da Primeira República. Sua manutenção no poder foi contestada em diversas ocasiões, e as eleições que o perpetuaram foram, por diversas vezes, apontadas como fraudes pela oposição.

Em 1921, somam-se à essas tensões demais atritos, oriundos da formação de articulações frente às eleições para a presidência do país, que ocorreriam em março de 1923. Borges de Medeiros, então presidente do estado não se posicionou a favor do candidato da situação, Arthur Bernardes, e, além disso, atacou diretamente a vigente “política do café-com-leite”, ao defender que os candidatos ao governo federal deveriam divulgar seu plano de governo anteriormente ao pleito eleitoral, já que essa prática beneficiava diretamente os candidatos de São Paulo e Minas Gerais (MOREIRA, 2015).

“Politicamente, Borges temia que Artur Bernardes tentasse realizar alguma reforma constitucional de modo a fortalecer o governo federal, o que implicaria diretamente a redução da autonomia estadual e da força das correntes políticas dominantes em cada região. Por seu lado, a oposição gaúcha apoiou a indicação de Artur Bernardes, o que acabou dando, no estado, uma nova dimensão à campanha presidencial” (MOREIRA, 2015).

Assim, em conjunto com forças políticas dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, formou-se uma aliança republicana que apoiava o nome de Nilo Peçanha, candidato oposicionista. Como consequência, a vitória de Artur Bernardes fortaleceu os federalistas, uma vez que esse era o candidato apoiado pela oposição gaúcha. Dessa relação de apoio mútuo, quando, mais tarde naquele ano, Borges de Medeiros venceu Assis Brasil nas eleições estaduais, surgiu uma convicção entre os oposicionistas, liderados por Assis Brasil, de que essa aliança teria força suficiente

para que o país interviesse na situação política gaúcha, a fim de destituir o PRR do governo do estado.

Para tanto, visando exercer pressão ante o governo federal, Assis Brasil e seus partidários iniciaram a Revolução de 1923 que, ao contrário da anterior, caracterizou-se por movimentos dispersos, em diferentes regiões do estado, que pretendiam ir minando as áreas de influência dos republicanos, afastando-os de todo cargo público ao seu alcance. Para Moreira (2015), tal estratégia teria sido adotada para fazer frente ao grande número de soldados de que dispunha o exército republicano, Borges contava com um grande contingente de homens, em número bastante superior ao dos rebeldes.

Essa “guerra de movimentos” se manteve até a assinatura do tratado de Pedras Altas em 14 de dezembro de 1923. O acordo somente foi firmado após diversas tratativas e a mediação do governo federal em esforço de pacificação. Estabelecido, reforçou a legitimidade do governo de Borges de Medeiros, mas também atendeu grande parte das exigências apresentadas pelos rebeldes. Portanto, estabeleceu-se o fim da reeleição, do voto às claras e da nomeação dos vice-presidentes e vice intendentess municipais, reduzindo o poder do governo do estado. Dessa maneira, foi fortalecida a oposição, que passou a se estruturar sob a alcunha de Aliança Libertadora, com o intuito de enfrentar o sistema político dominante e marcado por seus trinta anos de governo autoritário no Rio Grande do Sul.

3 O GOVERNO RIO-GRANDENSE PRÉ-REVOLUÇÃO: O PRR (1895 – 1930)

3.1 O IDEÁRIO POSITIVISTA E A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE 1891

O positivismo político de natureza burguesa que caracterizou os governos do Partido Republicano Rio-grandense, teve sua gestão marcada por princípios como a eficiência administrativa, a moralidade nos negócios públicos, a nitidez e transparência das contas regionais, o orçamento equilibrado e a promoção de políticas que visassem o bem-estar material e o progresso da sociedade (AREND, 2006). Fonseca (2004) identificou o positivismo - inspirado em autores como Comte, St. Simon e Mill - como principal pensamento oposicionista ao liberalismo que dominou o ideário político durante a Primeira República. O autor ressalta a participação da doutrina positivista no cenário nacional:

“Um aspecto a ser ressaltado é que, mesmo em um contexto como o da Primeira República, no qual predominavam partidos estaduais, os positivistas, espalhados pelo território nacional, conseguiram manter certa identidade ideológica, muitas vezes votando de forma semelhante e constituindo, na prática, um grupo político. Em estados como Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, os positivistas eram bastante numerosos, sendo que no primeiro, através da liderança de Júlio de Castilhos, tornou-se ideologia oficial ao ser adotado pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e pela Constituição Republicana estadual. Esta estabelecia a “ditadura científica” de Comte, com supremacia do Executivo, ao retirar do Legislativo – a Assembleia dos Representantes -, o direito de fazer leis, que caberia ao Presidente do Estado. Sua função, ao se reunir apenas dois meses por ano, era fiscalizar as contas públicas e garantir a moralidade da administração, com poderes sobre o orçamento, mas teoricamente, mais um órgão técnico que político. Destacam-se, ainda, no estado do Pará, Lauro Sodré, governador e candidato a presidente contra Campos Sales; no Espírito Santo, estado em que a Constituição também apresentou influência de Comte, o governador Moniz Freire (1892-1896 e 1900-1904); em Minas Gerais, deputados como Antônio Olinto e Rodolpho Paixão, além do governador João Pinheiro (1906-1910), um dos precursores da defesa do planejamento econômico; e, em Goiás, Leopoldo Bulhões, Ministro da Fazenda de Rodrigues Alves” (FONSECA, 2004, p. 13).

A Constituição positivista do Rio Grande do Sul, promulgada em 1891, foi, por sua vez, fundamental para que o PRR lograsse sucesso na implementação de suas políticas e se perpetuasse no governo durante toda a Primeira República. Para tanto, permitia a centralização do poder pelo governo Estadual, estabelecendo um quadro muito singular à gestão pública do estado. Targa (2002) cita os seguintes pontos como principais objetivos desse documento: facilitar a implementação do

projeto político do governo; impedir, através de meios institucionais, o acesso da oposição ao poder; estabelecer e reforçar a legitimidade do governo republicano.

Então, a Constituição estabeleceu a reeleição do Presidente do Estado, além do fato de que esse poderia nomear seu vice-presidente, assim, estava assegurada a continuidade do projeto do PRR durante a República Velha e, junto a outros preceitos, firmada a “ditadura científica” inspirada em Comte. Como destacado por Fonseca (2004), nesse sentido foi de suma importância a agregação entre os três poderes que deu ao Presidente a possibilidade de exercer o poder de legislar e editar decretos sob respaldo direto da Constituição:

“(...) o procedimento legislativo era o seguinte : em primeiro lugar, o Presidente deveria tornar público o projeto de lei, acompanhado de uma exposição de motivos; em seguida, o projeto deveria circular por todas as municipalidades durante três meses para que os cidadãos pudessem apresentar emendas e sugestões; no final do período, o projeto voltava ao Presidente que decidia aceitar ou não as mudanças propostas; finalmente, o projeto era promulgado sob a forma de lei; esta lei, no entanto, poderia ser revogada caso ela não fosse aceita pela maioria dos conselhos municipais” (TARGA, 2002, p. 10).

O poder do Presidente era tanto, Targa (2002) acrescenta, que o procedimento acima descrito era inclusive dispensado pela Constituição no que tangia matérias administrativas. Tais medidas se fundamentavam diretamente na Constituição, desse modo, cabiam exclusivamente ao Presidente, que as editava sem submetê-las a qualquer formalidade.

A “ditadura científica” estabelecida pela constituição de 1891 reproduzia o pensamento de que o Estado deveria intervir junto à sociedade visando o bem-estar comum. Isso é, ao contrário do liberalismo, a doutrina positivista não confiava cegamente ao mercado a melhor solução para qualquer problema social. Pregava a análise particular de cada caso e, assim, se justificava a atuação estatal quando necessária. Como exemplo, é citada a estatização das estradas de ferro do Rio Grande do Sul durante o governo de Borges de Medeiros, visto que, em sua concepção, as empresas estrangeiras estariam cobrando taxas excessivas sem prover os investimentos necessários à manutenção e ampliação do serviço.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que conferia ao homem papel ativo no progresso por considerá-lo motor de seu desenvolvimento social, a doutrina positivista atribuía ao Estado a responsabilidade pelo progresso científico e moral da sociedade. Para tal, se fez fundamental o incentivo à educação, a distinção de bens

públicos e privados e a separação do Estado da religião. O ideal positivista propunha a ciência e administração como alternativas à política e a ideologia. Porém, de maneira contraditória, seu discurso enaltecia valores morais de maneira tão explícita que “abria uma brecha para substituir a impessoalidade do mercado pela ação consciente do Estado e dos governantes - daí a ditadura ‘esclarecida’ ou ‘científica’” (FONSECA, 2004, p. 15).

Outro ponto medular ao positivismo político foi a sanidade financeira muito marcada na administração do Rio Grande do Sul pelo PRR, defendia-se a “boa administração” e o equilíbrio orçamentário, aqui, muito próximo ao que sustentava a ortodoxia do liberalismo. O Estado deveria servir de exemplo à população, de modo a gastar somente o montante arrecadado e não se comprometer com empréstimos financeiros de maneira geral. Tal preceito, de acordo com Fonseca (2004), teria limitado a extensão do intervencionismo e sido refletido na importância com que, à época, eram tratados os debates sob a incidência da carga tributária. Inclusive, a concessão de crédito era tratada de forma muito cuidadosa a fim de não privilegiar nenhum grupo específico. Afinal, o Estado impessoal foi uma das bandeiras dos partidos republicanos, que muito criticaram o Império por fazer uso do dinheiro público para objetivos privados.

3.2 OS PRINCIPAIS LÍDERES POLÍTICOS: JÚLIO DE CASTILHOS, CARLOS BARBOSA, BORGES DE MEDEIROS E GETÚLIO VARGAS

O Partido Republicano Rio-grandense se originou do Clube Republicano de Porto Alegre em 1882. Entre seus fundadores estavam: Alcides de Mendonça Lima (1859-1935), Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961), Apolinário Porto Alegre (1844-1904), Carlos Barbosa Gonçalves (1851-1933), Demétrio Ribeiro (1850-1933), Ernesto Alves de Oliveira (1862-1891), Fernando Fernandes Abbott (1857-1924), Germano Hasslocher (1862-1911), João de Barros Cassal (1858-1903), João Cezimbra Jacques (1848-1922), Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), Júlio Prates de Castilhos (1860-1903), Ramiro Fortes de Barcelos (1851-1916) e Venâncio Aires (1841-1885) (TRINDADE, 1979, p. 123 *apud* SÊGA, 2008, p. 271).

Em 1883 os membros do partido organizaram seu primeiro congresso e em sua propaganda objetivavam “demonstrar a superioridade da República Federal

sobre a monarquia”. Em janeiro de 1884, suas ideias começaram, então, a ser disseminadas por meio do periódico A Federação que, organizado por Júlio de Castilhos, tratou de “articular a divulgação do positivismo com questões políticas regionais e nacionais, além de apresentar ocorrências policiais, classificados (no período anterior à Lei Áurea de 1888, incluía-se compra e venda de escravos) e reclames comerciais” (SILVA, Jandira, 1986, p. 271 *apud* SEGA, 2008 p. 271).

Em linhas gerais, o PRR propunha um partido republicano federativo que, no âmbito econômico, iria incentivar o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da indústria, além de organizar um plano geral de viação que garantisse a defesa do território nacional, seu desenvolvimento industrial e de suas relações exteriores (ABREU, 2001). A crise, que resultou na estagnação da economia pecuário-exportadora, fez com que o ideal do PRR, oposto ao até então predominante regime liberal apoiado pelos latifundiários, ganhasse força na sociedade gaúcha. Após a proclamação da República, por meio do PRR estavam representadas as demandas de um novo bloco social.

“O novo regime eleitoral republicano ensejou que o Norte mais populoso vergasse sobre o Sul do Estado. Após a proclamação da República, comerciantes, criadores serranos, exportadores, financistas, industrialistas, plantadores, proprietários coloniais, etc., em geral sem representação política institucional, aderiram ao projeto do PRR, já que interpretava suas necessidades” (SILVA, 2006, p. 25).

Quando da instauração do regime republicano no país, o PRR chegou ao governo no Rio Grande do Sul. Sua menor representatividade numérica quando comparado aos demais partidos fez com que o partido republicano adotasse medidas de desestruturação da oposição, tornando, assim, possível sua manutenção no poder.

Foi Júlio de Castilhos o representante do partido que, em julho de 1891, assumiu a função de Governador do Estado pela primeira vez. Contudo, já em novembro do mesmo ano foi obrigado a renunciar por ter apoiado o também deposto presidente Deodoro da Fonseca no episódio em que houve o fechamento do Congresso Nacional. Com o apoio do exército, reassumiu o governo em 1892, renunciando logo em seguida quando assumiu o cargo seu vice-presidente, que ficou encarregado de organizar uma nova eleição na qual Castilhos seria eleito

presidente sob uma já citada aliança com Floriano Peixoto, sucessor de Deodoro da Fonseca na presidência da República.

Assim, o líder republicano retornou ao poder em 1893 e consolidou-se como principal figura política, não só ante o PRR, mas perante todo o território gaúcho: “(...) Castilhos dominou o partido e o Estado de forma autoritária, monopolizando a máquina governamental e vedando a seus adversários qualquer possibilidade de acesso ao poder” (ABREU, 2001, p. 2). Queirós (2009) elucida o fato de que o governo de Castilhos se diferenciou dos governos dos demais partidos republicanos das outras regiões do país, porque foi o único não fundado sob a tradicional ideologia da elite oligárquica do estado, mas sob um ideal progressista e inovador. Essa característica fez com que Júlio de Castilhos e seu governo ficassem marcados por uma rígida disciplina partidária que seria inserida dentro de um governo ditatorial e autoritário que visava – e dessa forma se justificava – a implantação de uma nova ideologia estrutural.

Com a proximidade do fim de seu mandato, Castilhos definiu Antônio Augusto Borges de Medeiros como seu sucessor. Representantes de uma ala mais tradicional do PRR, os dois formaram uma aliança na qual, efetivamente, o controle do Estado permaneceu nas mãos de Júlio de Castilhos até a data de seu falecimento, em 1903 (MOREIRA, 2015).

Borges de Medeiros foi reeleito Presidente do Estado em 1902, os federalistas abriram mão da participação em uma eleição que bradavam ser fraudulenta, além disso, ao tornar-se a figura mais poderosa do partido, Borges enfrentou resistência, embora pouco organizada, dentro do próprio PRR. O mandato de Borges ficou marcado como consolidador da nova política de Estado implementada por Júlio de Castilhos. Caracterizado por seu autoritarismo, foi, também, progressista ao promover a industrialização, o comércio, a integração do Estado e o investimento em educação. Assegurado pela Constituição Estadual de 1891, que lhe permitia anular resoluções tomadas pelas autoridades locais, fez intenso uso do poder estatal para fortalecer seu poder partidário. Abreu (2001) esclarece que, além da importância da Constituição Estadual, também foram substanciais o uso da Brigada Militar e a exploração do voto descoberto para que o PRR mantivesse sua hegemonia no governo. O exército estadual era tão bem estruturado quanto a força nacional e contou com um efetivo que variou entre 1.500 e 3.200 homens durante toda a República Velha. Já o voto descoberto propiciou que

o Partido Republicano não permitisse o registro de eleitores suficientes para que a oposição conquistasse o controle do governo local ou estadual toda vez que seus adversários possuíam a maioria absoluta em determinada localidade.

Em 1907, Borges não quis concorrer à reeleição e indicou o nome de Carlos Barbosa Gonçalves, um dos fundadores do partido republicano e vice-presidente de Castilhos entre 1893 e 1898. Mesmo que seu candidato indicado tenha saído vencedor, pela primeira vez desde a Revolução Federalista, houve um grande momento de campanha política. O adversário de Carlos Barbosa foi Fernando Abott, antigo chefe do PRR em São Gabriel que, além do apoio de boa parcela de dissidentes do partido, contava com o apoio de Assis Brasil e grandes frações do Partido Federalista.

Novamente candidato nas eleições de 1912 e 1917, Borges de Medeiros foi o único participante do pleito e governou de maneira inquestionável até 1921, quando se desenrolariam os eventos que levariam aos conflitos armados de 1923. Nas eleições de 1922, Borges enfrentou Joaquim Francisco de Assis Brasil, quem se tratava um antigo republicano, agora candidato oposicionista e um dos líderes da Aliança Libertadora, organização na qual se reuniram federalistas, democráticos e republicanos dissidentes, sob o fim de extinguir o domínio de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul. Com o resultado das eleições contestado por Assis Brasil, a Comissão de Constituição de Poderes da Assembleia proclamou a vitória de Borges de Medeiros e, imediatamente, após a sua posse em 25 de janeiro, a guerra civil foi desencadeada, a partir da negativa do então Presidente do Estado a tomar providências diante da crise cujas consequências atingiam a economia da pecuária desde o final da Primeira Guerra Mundial:

“Por uma questão ideológica, negava-se a comprometer os recursos públicos com a defesa de um segmento social em particular, algo que desagradava aos pecuaristas. Ao Estado, na concepção de Borges de Medeiros, caberia a criação das condições favoráveis ao desenvolvimento econômico da sociedade como um todo, intervindo apenas, por meios de obras públicas, para a manutenção da ordem e somente em última instância, quando o setor privado fosse inoperante ou incapaz de atender as necessidades coletivas, como o crescente controle governamental sobre os transportes” (SILVA, 2006, p. 28).

O presidente permaneceu no cargo até 1928, quando, já enfraquecido pelo desfecho da Revolução de 1923 e, de acordo com o Pacto de Pedras Altas, não poderia mais se reeleger. Seu sucessor foi Getúlio Vargas, líder da bancada gaúcha

na câmara dos deputados desde 1924 e Ministro das Finanças de Washington Luís, Vargas teria sido apontado para o cargo federal como figura responsável pela tentativa de inserção de um politicamente conturbado estado do Rio Grande do Sul no programa nacional de estabilização financeira. Sua candidatura ao governo do estado teria sido articulada pelo próprio Washington Luís em conjunto com os republicanos Osvaldo Aranha e Flores da Cunha.

Getúlio Vargas era figura de uma ala mais liberal do PRR, enquanto Borges de Medeiros representava sua vertente mais tradicional e teria preferido a indicação de outro membro do partido. A eleição de Getúlio significou também sua consolidação como líder do PRR ao lado de Borges de Medeiros. O liberalismo de Vargas agradou, inclusive, a oposição que havia se negado a lançar candidato nas eleições de 1927, e, a partir de março 1928, passou a se reunir no Partido Libertador. O novo partido identificava na plataforma de Vargas um governo mais liberal com posições semelhantes às suas no que dizia respeito aos problemas econômicos do Estado, principalmente quanto a questão de medidas que assistissem à agropecuária. (ABREU, 2001).

3.3 A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO BURGUEÊS: O ESTADO EM FAVOR DE CLASSES TIPICAMENTE CAPITALISTAS

Conforme discutido no primeiro capítulo, a característica socioeconômica Rio-grandense permitiu o desenvolvimento de uma economia muito particular - mais setorializada e mais diversificada, quando comparada às demais regiões brasileiras. Esse ambiente, aliado ao poder e representatividade conquistados pelo partido republicano, permitiu a inédita fundação de uma relação estado-sociedade do tipo racional e burguês no Rio Grande do Sul. Para construção desse argumento, Targa (2002) qualifica como inovadora a política colocada em prática pelo PRR já que o partido estabeleceu um “novo padrão de intervenção econômica”, qual seja, a concreção de uma relação de dominação e legitimidade do tipo racional, que diferia do patrimonialismo estipulado pelos partidos oligárquicos preponderante nos outros estados da federação.

Então, o autor propõe que a fundação do Estado burguês no Sul esteve condicionada a três tarefas fundamentais: a criação de sua autonomia em relação à classe dominante; a realização da separação da esfera pública e da privada; e,

finalmente, a promoção de uma reforma fiscal que abandonasse o modelo consolidado por um Estado oligárquico, patrimonialista e mono-agro-exportador. Contribuiu para esse objetivo o fato de que, muito provavelmente, em nenhum outro estado brasileiro a classe oligárquica dominante tenha se encontrado em situação política tão frágil como no caso do Rio Grande do Sul. Junto à crise na qual estava inserida a economia pecuária-exportadora, a nova dinâmica inserida na sociedade gaúcha, por aquele grupo social em plena ascensão - constituído por comerciantes, colonos e industriais por exemplo, enfraqueceu a elite política regional e possibilitou um processo de modernização que resultaria nesta nova forma de relação social implantada pelo PRR.

Ao dissertar sobre a primeira tarefa, a de criar autonomia do Estado diante da classe regional dominante, Targa (2002) marca a Revolução Federalista de 1893 como seu ponto de inflexão. Para corroborar sua constatação, lança mão de uma análise realizada por Fonseca (1993, *apud* Targa, 2002) acerca dos projetos políticos em conflito no Rio Grande do Sul do início da Primeira República:

“O projeto dos Federalistas tinha por objetivo especializar a economia meridional na pecuária de exportação. Este projeto supunha que agir no interesse exclusivo dos pecuaristas e dos charqueadores consistia em agir no interesse do Rio Grande do Sul. Para tal, eles reivindicavam estradas, portos, taxaço do produto similar importado dos países do Prata, assim como uma política protecionista para o charque gaúcho. O projeto Federalista limitava-se, assim, a traduzir as reivindicações da oligarquia rural gaúcha, a qual não fazia senão repetir-se enfadadamente desde o início do século 19” (TARGA, 2002, p. 4).

Assim, a vitória do projeto positivista que, por sua vez, incentivava a diversificação da produção ao atribuir a crise econômica estadual à dependência da pecuária de exportação e sua sujeição ao desempenho de economias externas, representou a escalada de um novo projeto social que superou uma política que há muito se mostrava incapaz de solucionar os problemas internos do estado. O conflito de 1893 teria sido, portanto, a manifestação armada de uma parcela da sociedade ante a perda de seus privilégios políticos.

Isso posto, a revolução permitiu a solidificação de um Estado Burguês que, tendo a Constituição Estadual de 1891 como seu principal instrumento, não mais favoreceria o ineficiente projeto econômico de uma oligarquia rural, mas passaria a se posicionar de modo a zelar pelo bem-estar da sociedade e seu progresso. Esse rompimento com os interesses da oligarquia rural permitiu que o partido republicano

implementasse diversas medidas inovadoras que constituíram manifestações contrárias ao Estado patrimonialista. Dentre elas, Targa (2002) cita o equilíbrio das finanças públicas, a política de proteção ao consumo das classes menos favorecidas por meio do contingenciamento de bens primários passíveis de exportação, o investimento em infraestrutura representado pela estatização de toda rede de ferro do Estado, bem como das redes de estrada da região dos também estatizados portos de Porto Alegre e Rio Grande, e, inclusive, a definição de tarifas e isenções fiscais que incentivavam o desenvolvimento das indústrias nascentes na região.

No que tange à segunda tarefa, Targa (2002) aponta sua importância para a concreção de tal autonomia do Estado Burguês. A dissociação do patrimônio público do privado marcou o projeto de modernização estadual por meio dos processos de discriminação entre as terras públicas e privadas e pela retomada, por parte do Estado, daquelas ilegalmente apropriadas. É importante salientar que, apesar do projeto proposto pelo partido republicano se posicionar contra os interesses dos grandes proprietários rurais, a postura do PRR não era contrária à grande propriedade, mas oposta à grande propriedade improdutiva, argumento esse reforçado pelo apoio e incentivo concedido pelo Estado às grandes lavouras, nas quais se solidificava a recém desenvolvida produção de arroz. Mais uma vez, ressalta-se o ineditismo da política empregada no Rio Grande do Sul ao retomar terras ilegalmente apropriadas e entregá-las a posseiros, colônias de loteamentos e a pequenos proprietários, realizando a separação entre a esfera pública e a privada. Essa medida foi adotada principalmente na região do Planalto, território em que se expandiam as colônias de povoamento, e atingia diretamente um dos principais meios através dos quais a grande propriedade se constituiu: a apropriação ilegal das terras públicas que ocorreu, principalmente, durante o período do Império (TARGA, 2002).

Ratificando a interpretação de Targa (2002), Arend (2006) destaca que os acontecimentos transcorridos no estado representaram uma mudança institucional e técnico-produtiva. Isto é, os arranjos específicos da economia gaúcha culminaram na expansão de sua relação capitalista, de modo que o projeto positivista do PRR, visando à diversificação produtiva e à ampliação do mercado interno, mudou completamente a face da econômica do período anterior. Essa mudança institucional promovida pelo Estado foi fundamental para a evolução produtiva do Rio Grande do

Sul, uma vez que deixava claro quais interesses seriam favorecidos para atingir seus objetivos.

Essa mudança institucional teria sido caracterizada por uma transformação radical no paradigma social vigente, pois este novo grupo ascendente não mantinha nenhum comprometimento com a dominante oligarquia rural. Arend (2006), então, propõe que a fim de perpetuar-se no poder, diante da sua pouca articulação ou influência política, o PRR precisou implementar uma nova forma de dominação ideológica. Essa “nova ideologia” proposta pelo PRR obteve êxito ao modificar as regras formais que constituíam as relações de produção no Rio Grande do Sul. Diante da crise do modelo pecuário-exportador, sustentou argumentos que ofereceram um modelo alternativo de gestão, ao resistir às demandas por privilégios por parte das classes tradicionais. Deste modo, o partido republicano se tornou capaz de implementar uma nova linha política, que propunha uma concepção específica de sociedade: a sociedade burguesa de relações comerciais tipicamente capitalistas.

A consolidação dessas duas primeiras tarefas, então, permitiu a implementação de uma reforma fiscal que tinha como objetivo fazer com que as receitas estaduais se tornassem menos dependentes da economia agrícola exportadora. A implantação de uma reforma fiscal dessa magnitude já constava no ideário do partido republicano desde a sua criação e se tratava, na prática, da substituição do imposto de exportação pelo imposto territorial. Portanto, o PRR adotou, ao mesmo tempo, uma política que não só incentivava a diversificação das exportações, mas também diminuía o peso de sua tributação. Targa (2002) ressalta a importância de tais medidas ao lembrar o fato de que, no caso do Rio Grande do Sul, já que a maioria das mercadorias não consumidas em seu mercado interno eram destinadas às regiões do próprio país, a cobrança de impostos sobre seus produtos, diferentemente do que acontecia com o café, não poderia ser repassada ao consumidor sem causar uma contração na demanda e uma conseqüente queda na base tributável. Isto é, ao diminuir o imposto sobre as exportações se estaria indiretamente implementando políticas de incentivo as exportações, o que, por sua vez, também servia de incentivo para a indústria nascente.

O Estado se posicionou de maneira a sobretaxar a produção que ultrapassasse o consumo interno para que, dessa forma, fosse destinada à mercados externos, visando desestimular sua exportação para garantir o

abastecimento interno e impedir o aumento do custo de vida da população. Minella (1985) torna clara a postura do governo ao apresentar o discurso de Borges de Medeiros em 1902:

“Identificando na ‘concorrências e tarifas interestaduais’ as causas da crise econômica estadual, Borges de Medeiros anunciava em 1902, a urgente necessidade de realizar a Reforma Tributária: ‘(...) urge amparar as indústrias e proteger o comércio, aliviando a exportação das taxas que a oneram atualmente’” (MINELLA, 1985, p. 28).

A efetividade dessa política é comprovada por alguns dados apresentados por Targa (2002) no período estudado: entre 1893 e 1929, a participação das exportações nas receitas totais do Estado diminuiu de 52,80% para 19,50%. Os produtos da pecuária tradicional tiveram uma participação média no valor das exportações estaduais de 53,2%, enquanto a participação dos produtos coloniais obteve uma média de 32,00% e o cultivo de arroz de 4,90%.

Para contrabalancear a queda na receita, causada pela diminuição do imposto de exportação, foi criado o imposto territorial, já previsto na Constituição de 1891. Desta feita, foram substituídos o Imposto de Exportação e o de Transmissão de Propriedade pelo Imposto Territorial Rural, cabendo aos municípios o Imposto Urbano e Suburbano. Obviamente, houve reação imediata dos proprietários de terra que entendiam que o imposto cobrado sobre a exportação era mais justo, pois incidia sobre o rendimento da terra e não sobre seu valor venal. Na prática, tal insatisfação está ligada ao fato de que o Imposto de Exportação era efetivamente repassado ao consumidor, sendo muito pequena a parcela que recaía sobre os grandes latifundiários. A posição do Presidente do Estado foi, novamente, firme diante da insatisfação manifestada e, assim, reforçou sua posição ao afirmar que considerava o imposto de exportação uma tributação antieconômica (MINELLA, 1985).

Tão logo implementado, em 1902, o imposto territorial era dividido em duas partes: a primeira, taxava em 0,2% o valor venal das terras e a outra parte onerava a extensão das terras em 10 réis por hectare. Já no ano seguinte, Borges aumentou para 0,25 % o valor venal e para 30 réis por hectare o imposto sobre a extensão das terras. Porém, ante a inexistência e os custos para se realizar um cadastro rural eficiente, as receitas do governo pouco cresceram, uma vez que a devida cobrança

desses encargos dependia da veracidade das informações fornecidas pelos contribuintes.

A solução encontrada pelo governo foi a promoção de novas reformas em 1912 e 1913, quando foram retirados do cálculo do valor venal os investimentos e benfeitorias realizados naquele território, sob o racional de que esse tipo de imposto seria repassado e recaía sobre os arrendatários e locatários na forma de aluguel. Além disso, o governo passou a dividir as terras tributadas, por zonas previamente estipuladas de acordo com sua qualidade: terras superiores, médias e inferiores, sendo taxadas em 100, 45 e 15 mil réis por hectare, respectivamente (MINELLA, 1985).

Apesar de o imposto territorial ter contribuído com maior ou igual valor agregado durante todo o período da República Velha, a parcela do Imposto de Exportação, que foi renunciada, sempre superou o montante arrecadado pela nova forma de tributação. Ainda assim, o princípio do equilíbrio orçamentário não foi deixado de lado e a contração da arrecadação jamais foi compensada pelo endividamento do Estado. Por fim, a tabela abaixo apresenta dados sobre a estrutura de sua receita tributária que permitem a constatação de que o Partido Republicano obteve sucesso no que diz respeito à proposta de diversificação da base fiscal estadual.

Tabela 1 - Estrutura da Receita Tributária segundo principais impostos do Rio Grande do Sul (1901-1929).

ANOS	IMPOSTOS						Soma dos impostos selecionados
	Sobre		Sobre		Sobre	Sobre	
	Exportações	Territorial	Transmissão de Propriedade	Indústrias e Profissões			
1901	39,05	0,000	18,07	14,67	7,62	7,25	86,67
1902	42,02	0,000	16,02	13,00	2,24	7,23	85,54
1903	38,67	10,44	15,41	11,52	6,45	6,93	89,45
1904	32,76	17,63	13,93	12,69	7,45	6,22	90,71
1905	27,88	17,89	13,41	13,06	6,94	6,56	85,78

(Continua)

(Conclusão)

IMPOSTOS							
ANOS	Sobre Exportações	Territorial	Sobre Transmissão de Propriedade	Sobre Indústrias e Profissões	Sobre Consumo	Sobre Heranças	Soma dos impostos selecionados
1906	29,46	16,03	15,20	12,17	6,83	5,80	85,51
1907	29,15	14,99	17,09	11,93	5,51	5,54	84,23
1908	25,98	14,54	15,92	12,48	4,53	5,86	79,34
1909	24,02	14,66	17,17	11,15	4,24	6,29	77,57
1910	23,22	14,23	16,50	11,14	5,90	5,44	76,45
1911	21,50	14,23	18,24	10,87	6,92	5,39	77,18
1912	22,59	12,92	19,29	10,06	7,29	6,05	78,22
1913	19,93	16,25	17,76	10,06	7,54	6,14	77,71
1914	16,46	19,33	16,06	13,24	7,31	6,20	78,62
1915	15,96	19,09	17,60	13,17	7,42	5,75	79,01
1916	13,97	16,58	18,49	11,59	8,20	7,85	76,70
1917	13,11	16,16	20,42	11,21	7,07	6,29	74,28
1918	14,53	16,26	22,62	11,12	8,57	6,16	78,28
1919	15,19	13,24	26,54	10,28	7,88	5,78	78,93
1920	12,18	15,32	24,44	12,65	7,86	5,77	78,25
1921	9,85	13,67	15,11	11,07	6,02	7,21	62,95
1922	13,45	14,54	16,90	15,14	9,96	5,16	75,17
1923	16,49	12,44	14,99	13,22	8,19	6,69	72,05
1924	13,19	9,03	17,35	9,39	6,24	5,35	60,57
1925	12,08	9,83	18,21	9,05	7,56	5,63	62,39
1926	9,50	10,25	13,49	9,06	13,95	4,36	60,63
1927	9,49	11,31	14,99	9,39	13,54	5,74	64,48
1928	12,44	9,75	14,36	8,26	11,63	3,99	6,47
1929	10,51	11,91	11,86	11,86	16,31	4,14	66,52

Fonte: Targa (2002), redesenhado pelo autor.

Os dados expostos evidenciam a diminuição da representatividade do imposto sobre exportações na porcentagem total de impostos arrecadados. Do início do século até a consolidação do imposto territorial, sua participação era próxima aos 40%, percentual esse que cairia abaixo de 30%, logo nos primeiros anos de sua implementação, chegando a 10,51% em 1929, último ano da série, e ficando abaixo de 10% em três ocasiões.

Reforça esse entendimento o fato de que, no princípio da série apresentada, os impostos listados (sobre exportações, territorial, sobre transmissão de propriedade privada, sobre indústrias e profissões e sobre heranças e legados) correspondiam a 86,67% de todos os impostos arrecadados, porém, em 1923, esse número atingiu 60,57%, e, ao final de 1929, estava em 66,52%. Isso significa que a contribuição relativa de diversos outros impostos também aumentou durante o período analisado. Outro fato importante está na percepção de que, após as reformas de 1913 o imposto territorial aumentou sua importância consideravelmente, superando até mesmo o imposto sobre exportações.

Perante os fatos apresentados, a execução da reforma fiscal pode ser posta como uma clara manifestação da disposição do PRR em diminuir a carga tributária, que incidia sobre os agricultores das zonas de colonização, bem como sobre as lavouras do arroz e atividades comerciais. Targa (2002) defende esse argumento ao apresentar dados que, efetivamente, comprovam que a maior parte das receitas oriundas do imposto territoriais veio das regiões da pecuária. Não por acaso, a maior concentração dos grandes líderes da oligarquia tradicional do Rio Grande do Sul e do Partido Federalista foram oriundos da região da Campanha. Tais grupos representaram uma classe, cujos interesses, completamente contrariados pela administração do PRR, foram manifestados e reclamados durante o levante armado de 1923.

4 VARGAS COMO LÍDER DA OPOSIÇÃO

4.1 GETÚLIO VARGAS E SUA FORMAÇÃO POSITIVISTA

A própria imagem de Vargas ao considerarmos sua origem como um fazendeiro de São Borja, de criação oligárquica aparentemente conservadora, reflete em sua trajetória a metamorfose social discutida nos capítulos anteriores. Nesse sentido, ao ter se projetado líder de um projeto industrializante, ratifica-se o fato de que essa transformação estabeleceu uma nova ordem econômica na qual a velha política oligárquica cedeu espaço a um projeto progressista e modernizante (FONSECA, 1999).

Getúlio Dornelles Vargas nasceu no ano de 1882, coincidentemente, o mesmo ano em que foi fundado o PRR, partido no qual viveria grande parte de sua trajetória política. As famílias Dornelles e Vargas, ambas de tradição militar, possuíam destaque naquela região de fronteira com a Argentina. Seu avô paterno, Evaristo José Vargas, lutou na Guerra dos Farrapos e, seu avô materno, Serafim Dornelles, foi major de milícias insurretas.

O primeiro contato de Vargas com as ideias republicanas esteve provavelmente na influência de seu pai. Manuel Vargas se estabeleceu em São Borja, na condição de estancieiro, após ter lutado na Guerra do Paraguai e se tornou líder local do PRR ao combater maragatos na Revolução Federalista de 1893 quando enfrentou, inclusive, as tropas de seu cunhado, Dinarte Dornelles. Com o fim desse conflito, em 1895, ganhou prestígio político e mais tarde, em 1907, assumiu o cargo de intendente de São Borja (SÊGA, 2008, p. 198).

Aos 15 anos Getúlio Vargas dirigiu-se à Ouro Preto, Minas Gerais, para cursar “humanidades” e retornaria três anos mais tarde após se envolver em uma briga entre estudantes paulistas e gaúchos. Essa escolha pela escola humanística reflete seu contato com o positivismo político, ideologia do partido republicano. Fonseca (1999) elucida que, ainda jovem, Vargas estaria manifestando sua preferência pelo cientificismo do século XIX que, ao refutar a fórmula do *laissez-faire*, defendia um governo atuante capaz de guiar a sociedade em direção ao progresso.

A vida política de Vargas teve início em 1903, quando tão logo deixou a carreira militar, completou seus estudos secundários e ingressou na Faculdade de

Direito Livre de Porto Alegre. Aos 25 anos e no mesmo ano de sua formatura, filiou-se ao PRR junto a outros colegas acadêmicos que ficariam conhecidos como a “Geração de 1907”. Esse grupo contava com jovens que participaram ativamente do partido, colaborando, inclusive, com artigos em seu jornal oficial. Mais tarde, além de Vargas, outros deles, como João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, Flores da Cunha e Maurício Cardoso, se destacariam no cenário político brasileiro.

Já nessa época, na ocasião em que foi escolhido por seus colegas para saudar o Presidente da República Afonso Pena que visitava o Rio Grande do Sul ou quando eleito orador da turma em sua formatura, Vargas apresentava em seus discursos textos muito bem articulados nos quais afirmava com entusiasmo o positivismo político de Borges e Castilhos. Foi durante as eleições em que Carlos Barbosa e Fernando Abott disputaram o governo do Estado que Getúlio ganhou notoriedade no PRR pela sua representatividade junto ao “Bloco Acadêmico Castilhistas”, fundado no intuito de apoiar a candidatura de Barbosa (SÊGA, 2008).

Esse prestígio culminou em sua nomeação como segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre, cargo considerado como primeiro degrau da carreira política no PRR (BISCHOFF; SOUTO, 2004, p. 197 *apud* SÊGA, 2008). Então, não demorou para que fosse incluído na lista de candidatos do partido à Assembleia dos Representantes, elegendo-se deputado estadual, em março de 1909. Getúlio renunciou seu mandato em 1913 no episódio em que o Coronel Isidoro Neves da Fontoura, pai de seu amigo, João Neves da Fontoura, foi obrigado por Borges a deixar seu cargo acusado de excluir o nome de um de seus adversários das cédulas eleitorais na cidade. Nessa ocasião demonstrou suas convicções e personalidade fortes ao se posicionar, pela primeira vez, contrário a Borges de Medeiros.

Vargas permaneceu em certo ostracismo até o ano de 1917 quando precisou reaproximar-se do chefe do PRR por conta de um processo judicial no qual um de seus irmãos era acusado de assassinato. Nessa ocasião, novamente, Borges o indicou para o cargo de deputado estadual. Seu novo mandato ficou marcado pela defesa da obtenção de créditos para o Rio Grande do Sul junto ao governo federal e pela defesa da industrialização por meio da intervenção do Estado na economia.

Foi eleito deputado federal em meio a tensão da campanha eleitoral entre Borges e Assis Brasil em 1922. Nesse episódio, Getúlio foi escolhido para presidir a Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia a fim de apurar os votos e

apontar o candidato eleito. Com o anúncio da vitória de Borges, alguns acusaram Getúlio de ter favorecido o chefe de seu partido e a desconfiança da oposição eclodiria a Guerra civil de 1923. Durante esse confronto, Vargas chegou a ser nomeado tenente-coronel por Borges e assumiu o comando do Sétimo Corpo Auxiliar de São Borja. Apesar disso, jamais chegou a participar em combates porque teve de se dirigir ao Rio de Janeiro a fim de assumir sua vaga na Câmara Federal (SÊGA, 2008, p. 204).

Na experiência como deputado federal, Getúlio dedicou-se a defender um posicionamento contrário a intervenção no estado do Rio Grande do Sul e, segundo Sêga (2004) foi nesta fase que teria se dedicado as primeiras leituras da obra de Oliveira Vianna, que teria permitido a Vargas que descobrisse a dimensão nacional e se afastasse um pouco do regionalismo gaúcho. Em 1926 se tornou Ministro da Fazenda de Washington Luís com o intuito de intermediar uma aproximação entre o Rio Grande do Sul e o poder central, seu mandato durou pouco mais de um ano e ficou marcado pelo protecionismo e pela reforma monetária que estabeleceu o retorno ao padrão-ouro.

Então, Vargas chegou ao cargo de Presidente do Estado no Rio Grande do Sul em 1928 e logo tratou de impedir que Borges interferisse na sua administração, dando uma nova orientação ao governo estadual. Ainda, adotou medidas que convergiam diretamente aos interesses do Partido Libertador e chegou a incluir efetivamente alguns de seus membros em seu governo visando acalmar os ataques da oposição, medida tal qual impensável durante as gestões de seus antecessores. Desde o início, a candidatura de Getúlio tinha por objetivo criar um novo pacto político-econômico, unindo o Rio Grande do Sul em seu entorno:

“(Getúlio Vargas) incentivou a lavoura de arroz e a produção de charque, investiu em infraestrutura, fundou o Banco do Rio Grande do Sul (BERGS), com finalidade de concessão de créditos hipotecários) e contraiu um empréstimo de 42 milhões de dólares para sanear as finanças de um Estado bem perto da insolvência. No caso do charque gaúcho, Getúlio obteve junto ao Congresso Nacional a autorização da “Lei Desnacionalização”, que considerava estrangeiro todo charque que transitasse por território uruguaio, independente da procedência” (SÊGA, 2004, p. 207).

Com esse fim, Vargas resgatou o papel econômico dos pecuaristas da campanha e reuniu seus interesses aos da burguesia industrial e comercial. Mesmo tendo logrado sucesso ao aproximar a oposição de seu governo, vale ressaltar que

apesar ter sido pintado como uma alternativa mais liberal e menos conservadora quando comparado aos governos anteriores do PRR, Getúlio sempre se referiu de maneira crítica ao liberalismo:

“Não há um discurso, artigo ou manifestação sua que lembre sequer simpatia a qualquer autor liberal, seja na política (como Locke, Montesquieu ou Rousseau, por exemplo) ou na economia (como Smith, Say e Ricardo, para ficar nos clássicos). As referências, ao contrário, foram sempre críticas, associando o liberalismo à ideologia dos países ricos, em nível internacional, e dos proprietários de terra, internamente” (FONSECA, 2004, p. 2).

4.2 UM ENSAIO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL MERIDIONAL

A política de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros foi, por diversas vezes, acusada como isolacionista porque tratou de defender a diversificação da economia gaúcha definida como extremamente dependente da economia pecuária-charqueadora dominante, mas à medida em que foi implementada também teve seu êxito limitado à longo prazo ao se tornar dependente da conquista de novos mercados exatamente como a criticada economia agropecuária. Ou seja, “a expansão da economia colonial estava a exigir ampliação do mercado consumidor, problemática formalmente semelhante à da economia tradicional do estado” (FONSECA, 2004, p. 5). Desse modo, já não fazia mais sentido aos políticos da “geração de 1907” desconsiderar a inclusão gaúcha no cenário nacional, o que possivelmente teria levado a Vargas a se candidatar à Câmara federal no ano de 1922.

Ainda durante sua experiência na Assembleia dos Representantes, participou de acalorados debates entre chimangos e maragatos. Nessas discussões havia uma clara distinção entre positivismo e liberalismo e Vargas se manifestava de maneira contrária a especialização pecuária-charqueadora com base na teoria das vantagens comparativas. Fonseca (2004) ao analisar o posicionamento de Vargas, em linha com as pretensões do PRR, aponta o caráter inovador de uma elite oligárquica que bradava a ideia de progresso social. Além de defender a intervenção estatal na economia, Vargas foi favorável a criação do imposto territorial e sobre a herança como substitutos dos impostos sobre as exportações, por outro lado, em várias ocasiões, também demonstrou sua face conservadora ao defender a ordem e os princípios da “ditadura positivista”. No que tange a área trabalhista, também é

ressaltado a dupla face do governo que, com base nos princípios comtianos, reconhecia as perdas causadas aos trabalhadores pela Revolução Industrial, porém, sob o racional de que o Estado não deveria intervir diretamente na questão social, Getúlio e a bancada do PRR na Câmara Federal se apresentavam contrários as regulamentações trabalhistas propostas à época, postura tal que seria modificada após 1930.

O convite à Vargas para assumir o Ministério da Fazenda surgiu com o intuito de aproximar os gaúchos, bancada de forte apelo nas composições nas câmaras e no senado federal, ao governo e acalmar a rusga que permanecia desde que o PRR havia apoiado a chapa derrotada de Nilo Peçanha nas eleições anteriores. Washington Luís havia assumido a Presidência da República e com ela a preocupação com a austeridade monetário-financeira como prioridade, o que convergia diretamente com o princípio positivista das finanças sadias que defendia certas regras de política ortodoxas como o orçamento equilibrado, a inexistência de déficits e a precaução com relação a dívidas e empréstimos.

Os políticos do Rio Grande do Sul sempre adotaram o combate à inflação como absoluta prioridade e se colocavam de maneira crítica às frequentes desvalorizações cambiais implementadas ao longo da Primeira República com vistas a proteger as atividades exportadoras. Em linha com essa preocupação, um mês após a posse de Vargas, o congresso aprovou a reforma fiscal que retornaria ao padrão-ouro:

“Pode-se resumir sua preocupação central em duas palavras: estabilidade e deflação. Era preciso, portanto, retornar ao padrão ouro: “Não temos moeda porque não temos padrão fixo, como medida de valor”, afirmou Vargas no mesmo discurso, passando, então, a discutir alternativas sobre em que nível dever-se-ia fixar a paridade” (FONSECA, 2004, p. 10).

O sucesso dessa política ao manter a inflação estável ao mesmo tempo em que houve crescimento do produto, qualificaram Getúlio Vargas a candidatura à Presidência do Rio Grande do Sul. A postura adotada por Vargas, ao buscar agregar o Partido Libertador ao seu governo, ia ao encontro da premissa positivista de que a paz era pré-requisito do progresso, e, foi a partir de seu mandato no governo do Rio Grande do Sul, que se consolidaria o ideário desenvolvimentista que marcaria a política brasileira a partir de 1930 (FONSECA, 2004).

Nessa época, cresceu o papel do Estado como responsável por alavancar as atividades produtivas e conceder crédito, aos poucos Vargas se despreendeu dos preceitos positivistas das finanças sadias e do equilíbrio orçamentário. Para superar a crise pela qual passava a economia gaúcha, pregava ser necessário um forte vínculo entre o governo e as associações e sindicatos, pois caberia ao Estado corrigir as falhas de mercado. A expansão do crédito de banco público foi sem dúvida o principal ponto de conversão ao que viria a ser o discurso desenvolvimentista e, assim, o fomento à produção tomou forma com a criação do Banco do Rio Grande do Sul, em grande parte financiado por capital estrangeiro:

“Pela proposta do governo, o banco deveria contar com uma carteira hipotecária e uma carteira econômica. À carteira hipotecária caberia, dentre outras incumbências, conceder empréstimos aos produtores em prazo de até 30 anos, tendo como garantia suas propriedades, além de financiamentos de curto de prazo de capital de giro, de armazenamento e venda da produção. Já à carteira econômica caberia realizar empréstimos sobre warrants e sobre notas promissórias para agricultores, pecuaristas e municípios, além do próprio Estado. Poderia, ainda, contrair empréstimos internos e externos por conta própria ou de terceiros. Havia também preocupação com a taxa de juros a ser cobrada, propondo-se regras restritivas, como sua baixa gradual à medida que o lucro líquido atingisse 8%, bem como quando o fundo de reserva superasse em 40% o capital do banco” (FONSECA, 2004, p. 14).

No âmbito nacional, Fonseca (1999) destaca a incapacidade de se manter as taxas de crescimento das exportações de café sem a intervenção governamental e a forte diversificação da economia brasileira nas primeiras décadas do século 20 como fatores econômicos que serviram essa transformação social em uma economia instável. Quanto ao primeiro ponto, a forte crise política que ameaçava a hegemonia do café na década de 1920 esteve relacionado à incapacidade governamental de manter as taxas de crescimento das exportações de café, o intervencionismo para manter seus preços se tornou cada vez mais comum e ineficiente. O alto desempenho apresentado pela economia cafeeira no século XIX, quando da expansão de mercados e da área cultivada, já não apresentava o mesmo resultado no século XX. A partir de certo nível, a demanda por café no mercado internacional só aumentava com o crescimento demográfico, e, então seu crescimento se dava em ciclos cada vez mais esparsos.

O pacto político vigente durante a década de 1920, além de causar desacordo dentro das próprias oligarquias regionais dominantes, cujo descontentamento pode

ser observado na candidatura de Nilo Peçanha, também não satisfazia os novos segmentos sociais emergentes. Como ocorreu no Rio Grande do Sul, a industrialização e a urbanização fizeram com que crescesse o número de profissionais liberais, bancários, comerciantes e operários que ensejavam representatividade política, demandando novas ideias e práticas que o governo não conseguiu absorver. Diante disso, a Aliança Liberal foi capaz de representar a inconformidade de uma boa parcela da população ao lançar a candidatura de Vargas.

Esse movimento afetou diretamente as finanças públicas porque a arrecadação impostos estava de certa forma ligada ao crescimento das exportações. Os impostos oriundos das exportações eram de direito dos estados, enquanto às relativas às importações eram a principal fonte de receita do governo federal. Os estados exportadores se beneficiavam da política de desvalorização cambial e da oferta monetária da mesma forma que São Paulo, mas aqueles estados cujas economias se voltavam para o mercado interno também eram afetados na medida que seu desenvolvimento estava atrelado ao mercado gerado pela agro exportação.

Assim, quando as crises se tornaram mais frequentes se fizeram comuns os ataques ao Governo Federal e sua política econômica, o que tornou a década de 1920 muito rica em manifestações contrárias ao situacionismo. Desse modo, a Aliança Liberal, por meio da candidatura de Vargas, propunha um novo pacto econômico que se popularizou de forma a legitimar o apelo ao golpe de 1930. Junto a isso, o desentendimento entre as oligarquias maiores, São Paulo e Minas Gerais, permitiu que o Rio Grande do Sul pretendesse assumir a Presidência da República. Para tanto, foi medular a política de aproximação à oposição estadual posta em prática pelo governo de Getúlio Vargas (FONSECA, 1999).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho buscou-se compreender as características sociais e econômicas específicas que permitiram, no Rio Grande do Sul, o surgimento de um modelo de desenvolvimento capitalista diferente de todas as demais regiões do país durante a Primeira República. A expansão agrícola que resultou do desenvolvimento da economia colonial no norte do estado permitiu a formação de uma economia capaz de desenvolver, internamente, seus próprios impulsos de crescimento.

A participação dos produtos coloniais na pauta exportadora gaúcha adquiriu um valor agregado equivalente à exportação de charque, além disso, fez com que o estado contasse com uma base produtiva bastante diversificada e relativa autossuficiência na produção de alimentos durante a República Velha. A aproximação desse sistema à tradicional cultura pecuário-exportadora se deu por meio da integração dos mercados locais e deu uma nova forma à economia gaúcha. Ao mesmo tempo em que crescia o valor de suas exportações e ampliava seu mercado externo, apresentava um aumento ainda maior em sua renda interna impulsionada pelo acúmulo comercial dessa relação, se consolidando entre as principais economias nacionais.

O PRR esteve à frente do governo estadual durante todo o período estudado e a orientação do partido, sob a liderança de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, propiciou a fundação de um Estado de orientação comercial, industrial e burguesa ao superar a estrutura oligárquica e patrimonialista de sua formação. A influência positivista do Partido Republicano manifestava-se na valorização da ordem social, na preocupação com a segurança do Estado e do indivíduo e pela consciência de serem portadores de uma missão social que visava “reorganizar a sociedade”. Dessa forma, considerava que o Estado deveria se colocar acima das classes, gerenciando conflitos, sem favorecer nenhum grupo ou interesse específico. A política adotada pelo PRR após a guerra civil de 1893 foi capaz de conquistar a autonomia do Estado em relação à classe pecuária-charqueadora dominante, a separação entre a esfera pública e a privada e a realização de uma reforma fiscal que modificaria a estrutura de Estado oligárquico e patrimonialista até então predominante.

Getúlio Vargas participou ativamente das discussões que cobriram esse cenário durante sua formação política. Associado ao PRR e de ideologia positivista,

sua trajetória de vida durante a Primeira República torna claro, por meio de seu posicionamento em diversas situações antes de assumir a Presidência da República, que alguns traços como a defesa da industrialização e do intervencionismo já estavam presentes em suas manifestações no período anterior a década de 1930. Ao assumir a Presidência do Rio Grande do Sul, começa a surgir em seu discurso um certo rompimento com a ortodoxia positivista no que diz respeito a regras de política econômica como a concessão de crédito e o orçamento orçamentário. Assumindo a ideologia desenvolvimentista que caracterizaria suas ações como Presidente da República.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.
- AREND, Marcelo. **Abordagem evolucionista para análise do desenvolvimento e do desequilíbrio industrial do Rio Grande do Sul**. In: Anais do 3º Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre, 2006.
- BARTMANN, Tatiane. **Industrialização e Imigração no Rio Grande do Sul: um estudo historiográfico**. In: Anais eletrônicos XI Encontro Estadual de História, FURG, Rio Grande, p. 1095-1102, 2012.
- CASTRO, Thais Schmidt Salgado Vaz. **A Revolução Federalista de 1893 e suas consequências para o Rio Grande do Sul**. In: Anais eletrônicos XIV INIC, X EPG E IV INIC JR, UNIVAP, São José dos Campos, 2010.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A integração do norte do RS à economia gaúcha. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 10, n. 25, p. 131-150, 1980.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A gênese regional da Revolução de 30. **Revista de Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 113-127, 1999.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República**. In: Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, João Pessoa, 2004.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004.
- HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. A economia gaúcha e suas relações externas – 1889 - 1930. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 172-202, 2001.
- HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p.175-207, 2004.
- HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. **Rio Grande do Sul, 1889-1930: Um outro capitalismo no Brasil Meridional?**. 2000. 176f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- MINELLA, Ary César. Reforma tributária: a implantação do imposto territorial no Rio Grande do Sul na Primeira República. In: LAGEMAN, E. **Rio Grande do Sul: 150 anos de finanças públicas**. Porto Alegre: FEE, 1985.
- MOREIRA, Regina da L. Revolução gaúcha de 1923. In: ABREU, Alzira A. de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889 - 1930)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. Os 120 anos da guerra civil de 1893. **Historiæ**, Rio Grande, v. 4, n. 2, p. 137-147, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Revolução Federalista: memória revisitada. In: POSSAMAI, Zita (org). **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. A Questão Social no Rio Grande do Sul: Positivismo, Borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 1, 2009.

SÊGA, Rafael A. Getúlio Vargas e o Partido Republicano Rio-grandense. **Revista Fronteiras**, Dourados, v. 10, n. 18, p. 195-210, 2008.

SILVA., Ricardo Muniz Muncillo. **Desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul 1920 - 1980**. 2006. 124f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Nacional, 1968.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. 1893: interpretações da guerra. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 127-150, 2003.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Os fundamentos do Estado desenvolvimentista brasileiro: a experiência do partido republicano Riograndense (PRR) durante a Primeira República**. 2002. Disponível em:

<<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A012.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2016.